

Secretaria de Estado do Ambiente

COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 5943 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.373/12 E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 26/01/2016, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.9086/2014, referente ao requerimento de licenciamento ambiental da empresa AGROPECUÁRIA IRMÃOS GUERREIRO LTDA - EPP para a atividade de extração de areia em cava molhada e areia, areola, saibro e argila em cava seca para uso direto na construção civil, situada na Rua Cristiane nº 77, Sampaio Corrêa, Município de Saquarema, e

- a Lei Estadual nº 6.373, de 27/12/2012, que dispõe sobre critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil,

DELIBERA:

Art. 1º - Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012 para a empresa AGROPECUÁRIA IRMÃOS GUERREIRO LTDA - EPP para a atividade de extração de areia em cava molhada e areia, areola, saibro e argila em cava seca para uso direto na construção civil, situada na Rua Cristiane nº 77, Sampaio Corrêa, Município de Saquarema, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental - PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD.

Art. 2º - Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2016

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Presidente

Id: 1931242

COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 5944 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

AVERBA NA LP Nº IN032607.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 26/01/2016, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.212/2015, referente à Licença Prévia - LP Nº IN032607 da empresa GÁS NATURAL AÇU LTDA. para a implantação da Usina Termelétrica em ciclo combinado, composta por 2 (dois) blocos geradores (UTE-1 e UTE-2), com capacidade máxima instalada de aproximadamente 3.100 MW e suas estruturas extramuros (gasoduto, emissário submarino, linha de transmissão e adutora), situada no Complexo Industrial do Açú, Município de São João da Barra, e

- o Parecer Técnico de Averbação de Licença Prévia nº 05/2016, da CEAM/INEA,

DELIBERA:

Art. 1º - Averbar na Licença Prévia - LP nº IN032607, da empresa GÁS NATURAL AÇU LTDA, para alteração da redação dos nomes dos empreendimentos, conforme:

"aprovando a concepção e localização para a implantação de Usina Termelétrica em ciclo combinado, composta por 2 (dois) blocos geradores (UTE NOVO TEMPO GNA I e UTE NOVO TEMPO GNA II) com capacidade máxima instalada de aproximadamente 3.100 MW e suas estruturas extramuros (gasoduto, emissário submarino, linha de transmissão e adutora).

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2016

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Revogada pela Resolução Conema nº 102

IA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO
DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONEMA Nº 70 DE 19 DE JANEIRO DE 2016

ESTABELECE OS LIMITES DE EMISSÃO VEICULAR A SEREM APLICADOS NOS PROGRAMAS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO VEICULAR IMPLANTADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO, em sua reunião de 19 de janeiro de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 40.744, de 25/04/2007,

CONSIDERANDO:

- o que consta no Processo nº E-07/506.403/2012, referente às Resoluções CONEMA relativas à Política de Controle da Poluição Veicular,

- como base para estabelecimento dos limites de emissão veicular a Resolução CONAMA nº 418/2009 e a Resolução CONAMA nº 451/2012,

- a formação do grupo de trabalho criado pela Portaria Conjunta DETRAN/RJ-INEA nº 55, de 08 de novembro de 2012, constituído por representantes do INEA e do DETRAN/RJ, para fins de revisão, atualização e sistematização dos procedimentos referentes à inspeção veicular ambiental para o ano subsequente,

- que os procedimentos de inspeção dos veículos do ciclo Otto, motocicletas e veículos do ciclo Diesel, estão dispostos nas Resoluções nºs 63/2014, 64/2014 e 65/2014, respectivamente, para oferecer transparência e permitir o acompanhamento dessa pelo cidadão,

- que o DETRAN vem se estruturando, para possibilitar a adoção dos limites de emissão estabelecidos na Resolução CONAMA nº 418/09, e

- que os resultados do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, discutidos e apresentados pelo DETRAN, identificaram que os índices de reprovação de veículos com 2 anos de fabricação não superam a 1 %,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os limites de emissão veicular a serem aplicados nos programas de controle da poluição veicular implantados no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Fica mantido em vigor o Plano de Controle da Poluição por Veículos em Uso - PCPV, disposto no Anexo I.

Art. 3º - Para fins desta Resolução ficam adotados as seguintes definições:

I - frota alvo do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M: todos os veículos licenciados no Estado do Rio de Janeiro, inclusive as motocicletas;

II - veículos de USO INTENSIVO: ônibus; micro-ônibus; caminhões; veículos do ciclo diesel; veículos cuja categoria seja aluguel, tais como, automóvel, caminhonetes, camionetas, motos e utilitários;

III - veículos APROVADOS: aqueles que forem aprovados em todos os itens de inspeção visual (descrito nas Resoluções CONEMA nº 63/14, 64/14 ou 65/14, correspondente ao veículo em questão), assim como também apresentem todos os parâmetros medidos no teste de gases/fumaça, dentro dos limites estabelecidos pelos Anexos II, III ou IV, desta Resolução. Estes receberão o Certificado de Registro de Licenciamento Veicular (CRLV);

IV - veículos REPROVADOS: aqueles que apresentem qualquer um dos itens de reprovação visual (descrito nas Resoluções CONEMA nº 63/14, 64/14 ou 65/14, correspondente ao veículo em questão), ou ao final da vistoria tenham qualquer um dos parâmetros medidos nos testes de gases/fumaça superiores aos limites de emissão definidos nos Anexos II, III ou IV. Os veículos reprovados deverão realizar a manutenção corretiva e somente obterão o CRLV após aprovados em nova inspeção;

V - primeiro licenciamento: Quando da emissão do primeiro CRLV do veículo, ou seja, quando do emplacamento de um carro 0 km (zero quilômetro);

VI - licenciamento anual: Emissão anual do CRLV.

Art. 4º - Os limites de emissão dos veículos do ciclo Otto, motocicletas e veículos do ciclo Diesel estão dispostos, respectivamente, nos Anexos II, III e IV, desta Resolução,

Art. 5º - Excetuando-se os veículos enquadrados no inciso II do artigo 3º, os demais veículos só estarão obrigados à medição de gases poluentes, a partir do seu quarto licenciamento anual, inclusive.

Parágrafo Único - Fica o INEA responsabilizado por elaborar estudo técnico com objetivo de avaliar a possibilidade de extensão dessa dispensa, citado no caput deste artigo, com base nos dados registrados nas vistorias.

Art. 6º - Todos os veículos da frota alvo deverão ser submetidos à vistoria de gases poluentes para o seu licenciamento junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ.

§ 1º - Os veículos com motor de 2 (dois) tempos ficam obrigados a aprovação na inspeção visual para o seu licenciamento. Entretanto, ficam dispensados da inspeção dos gases.

§ 2º - Os veículos de uso bélico das forças armadas ficam dispensados da inspeção de gases obrigatória para o licenciamento.

§ 3º - Ficam dispensados da inspeção obrigatória para o licenciamento os veículos, concebidos unicamente para aplicações agrícolas, de competição, tratores, máquinas de terraplanagem e pavimentação e qualquer outro de concepção especial sem procedimentos específicos para obtenção de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, desde que não circulem em vias públicas.

Art. 7º - Caberá ao DETRAN realizar campanhas educativas junto a aqueles proprietários de veículos que estiverem dispensados de vistoria anual, a partir do licenciamento de 2016, de forma contínua, com ênfase na manutenção dos veículos para segurança no trânsito e controle da poluição atmosférica.

Parágrafo Único - Esta campanha deverá ser realizada por meio de entrega de folhetos aos usuários dispensados de vistoria no ato do recebimento do CRLV. Além de ficar disponível a qualquer usuário no site durante o agendamento do licenciamento anual.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todos os dispositivos em contrário, em especial as Resoluções CONEMA nº 43, de 14/12/2012, e Resolução CONEMA nº 57, de 13/12/2013.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2016

ANDRÉ CORRÊA

Presidente

ANEXO I

Plano de Controle da Poluição Veicular - PCPV
(Resolução CONAMA nº 418, de 25 de novembro de 2009)

APRESENTAÇÃO

Dentre as principais fontes de emissão que dão da qualidade do ar do Estado do Rio de Janeiro, os motores são fontes bastante significativas de poluentes, principalmente nos grandes centros urbanos, como por exemplo, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de controlar a poluição causada pelos veículos, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em 1986, em âmbito nacional, o Projeto Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, através da Resolução nº 18/86, que dentre suas metas, inclui o desenvolvimento e a implantação de um Programa de Inspeção e Manutenção dos Veículos em Uso - Programa de I/M.

Visando a implantação do Programa de I/M, no Estado do Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1997, foi assinado um convênio de cooperação técnica entre a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA e o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN-RJ, com base na Lei Estadual nº 2.539, de 19.04.96, restrito à Região Metropolitana na fase inicial e, atualmente, abrangendo quase todos os municípios. Realizado de forma pioneira no país, contou com o apoio e participação técnica de várias entidades, tais como, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), White Martins e fabricantes de equipamentos. No decorrer do processo surgiram obstáculos e dificuldades que foram enfrentadas para sua implantação, incorrendo-se em erros e acertos de vários aspectos.

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), formado pela fusão da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) pela Superintendência de Rios e Lagoas (SERLA) e pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), reafirmou o convênio inicial entre DETRAN-RJ e a extinta FEEMA, continuando em optar por fazer a inspeção de gases poluentes e de ruído de forma indireta, para isso assinou um convênio de cooperação técnica com o DETRAN-RJ, em 26 de setembro de 2009.

O convênio tem por objetivo estabelecer condições e regulamentar a colaboração e parceria entre os signatários, para que o DETRAN-RJ, em nome do INEA, possa promover o controle de emissão de gases poluentes e de ruídos nos veículos automotores registrados e licenciados no Estado do Rio de Janeiro, a fim de preservar a qualidade do meio ambiente.

A implantação de programas de inspeção e manutenção veicular encoraja a manutenção corretiva e preventiva dos veículos e desestimula a adulteração dos dispositivos de controle de emissões, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e para a economia de combustível. Em outras palavras, objetivam assegurar aos veículos e motores licenciados pelo IBAMA o atendimento aos padrões de emissão estabelecidos para quando em circulação no trânsito.

Esses programas foram implantados em diversos países, inicialmente com o objetivo de aumentar a segurança veicular (inspeção de segurança), mas, posteriormente, objetivando, também, reduzir as emissões de poluentes.

A tecnologia de inspeção é sofisticada, utilizando-se recursos avançados de informática e de engenharia automotiva. Além disso, a implantação de um programa de I/M gera empregos, em sua maioria destinada à técnicos de nível médio e engenheiros automotivos. O crescimento da demanda por esse tipo de mão-de-obra exige um esforço de formação específica.

Todo o aparato necessário à vistoria de gases necessita, continuamente, de suporte técnico que compreende um conjunto de atividades, tais como: desenvolvimento e adequação de software, treinamento permanente, comunicação com os usuários e manutenção dos equipamentos. Os equipamentos têm sido aprimorados e várias melhorias têm sido possíveis, muito em função das contribuições de várias instituições e todos aqueles que, de alguma forma, lidam com o maquinário, direta ou indiretamente.

Outro programa de controle de emissão veicular, implantado no Estado do Rio de Janeiro, e que vem atingindo seus objetivos é o Programa de Automonitoramento de Emissão de Fumaça Preta. Neste programa, as empresas de transportes de passageiros e de cargas vinculadas, estão obrigadas a informarem, regularmente, ao INEA o resultado das medições do índice de opacidade, que indica o grau de emissão de material particulado emitido de todos os seus veículos movidos a diesel. Até o presente momento, já estão vinculadas ao programa 573 (quinhentos e setenta e três) empresas transportadoras.

Cabe ressaltar que grandes empresas que operam no Estado do Rio de Janeiro, que terceirizam o seu transporte, exigem que estas, para participarem de licitações, sejam vinculadas ao referido Programa.

Em novembro de 2009, o CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, publicou a Resolução nº 418/09, que dispõe sobre os critérios para a elaboração do Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso, revogando todas as Resoluções anteriormente citadas.

Em 14 de dezembro de 2010, foi publicada a Resolução CONAMA nº 426/2010, que altera o prazo para elaboração do PCPV pelos órgãos de meio ambiente. Findando o prazo em 30 de junho de 2011.

Considerando ainda que nos próximos anos o Estado do Rio de Janeiro irá sediar alguns eventos esportivos como Jogos Mundiais Militares, em 2011, Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016, o INEA e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro - SMAC vêm trabalhando, em conjunto, no sentido de ampliar a cobertura da rede de monitoramento da qualidade do ar, principalmente nas áreas em que ocorrerão as competições.

O INEA mobilizou-se para a confecção, dentro do prazo, do Plano de Controle da Poluição Veicular, visto que já tinha implantado, em âmbito estadual, desde 1997, o Programa de I/M. Com isso, espera-se que este seja um instrumento eficaz para a redução das emissões de gases e partículas poluentes e ruído pela frota circulante de veículos automotores, trazendo benefícios para a qualidade do ar do nosso estado, com implicação direta na melhoria da saúde da população.

I - INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ao instituir em 1986, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, incluiu a implantação do Programa de I/M, prevendo sua implantação em 1998, para aqueles órgãos ambientais que assim o desejassem.

Antecipando-se ao disposto pelo CONAMA, no Estado do Rio de Janeiro o Programa de I/M foi implantado em julho de 1997, sendo o único, a nível estadual, implantado no país até o momento.

À época, vigia a Resolução CONTRAN nº 809/95, hoje revogada, que instituiu a Inspeção de Segurança Veicular para o licenciamento anual do veículo. A mesma resolução incluía a inspeção de gases e ruídos entre os itens a serem inspecionados. Na oportunidade, o DETRAN-RJ procurou a extinta FEEMA, hoje INEA, no sentido de implantar a medição de gases e ruídos como pré-requisito ao licenciamento do veículo.

O Código de Trânsito Brasileiro - CTB, em seu artigo 104 determina que "os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruídos, avaliados mediante inspeção, que será obrigatória, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN, para os itens de segurança e pelo CONAMA, para a emissão de gases poluentes e ruídos".

O artigo 131 do mesmo CTB/1997, em seu § 3º determina que "ao licenciar o veículo, o proprietário deverá comprovar sua aprovação nas inspeções de segurança veicular e de controle de emissões de gases poluentes e de ruídos".

Indo a essa determinação legal, o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA aprovou a Resolução nº 256, em 30 de junho de 1999, que em seu artigo 1º estabelece que "caberá aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, a responsabilidade pela implementação das providências necessárias, à consecução das inspeções de gases e ruído", podendo fazê-lo diretamente ou através da contratação de terceiros.

Com a revogação da Resolução CONTRAN nº 809/95, o DETRAN passou a não ter mais respaldo legal para realizar a inspeção de gases e ruídos, ficando essa inspeção somente de responsabilidade dos órgãos ambientais, no caso do Estado do Rio de Janeiro, o INEA.

Em 19 de abril de 1996 foi publicada a Lei Estadual nº 2.539, que estabelece um programa de inspeção e manutenção de veículos em uso, destinado a promover a redução da poluição atmosférica no Estado do Rio de Janeiro.

Para atendimento da supracitada lei, vige, atualmente, um convênio entre o INEA e o DETRAN-RJ, o qual tem por objetivo estabelecer condições e regulamentar a colaboração e parceria entre os signatários, para que o DETRAN-RJ, em nome do INEA, possa promover o controle de emissão de gases poluentes e de ruídos nos veículos automotores registrados e licenciados no Estado do Rio de Janeiro, como determinado no artigo 104, do Código de Trânsito Brasileiro, a fim de preservar a qualidade do meio ambiente.

No Convênio são atribuições do INEA:

instalar, manter e renovar a rede de equipamentos necessários à avaliação da qualidade do ar do Estado do Rio de Janeiro;

analisar periodicamente os dados da qualidade do ar, divulgando os resultados e estabelecendo níveis de permissibilidade e tolerabilidade das emissões veiculares na região do Estado, de acordo com a legislação do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE;

promover supervisão técnica, assessoramento e assistência didática aos quadros de pessoal específico, promovendo programas de reciclagem, treinamento visando à certificação dos operadores, dos analisadores de gases poluentes e de ruído e aperfeiçoamento da mão-de-obra alocada para os trabalhos;

estabelecer, anualmente, perfis quantitativos e qualitativos de recursos humanos compatíveis ao desenvolvimento dos trabalhos, de supervisão técnica do programa em questão, sua projeção anual e custos correspondentes;

promover a divulgar material didático decorrente das orientações necessárias à educação ambiental dos usuários e pertinentes ao presente convenio;

apresentar proposta para ampliação da frota alvo do programa para a qual o licenciamento anual dependerá de aprovação dos veículos nos testes de emissão de gases;

apresentar cronograma referente à implantação das ações previstas nos itens anteriores.

São atribuições do DETRAN-RJ:

prover gradativamente recursos humanos compatíveis ao desenvolvimento dos trabalhos do programa em questão;

instalar, manter e renovar a rede de equipamentos necessários à vistoria anual de gases e ruídos nos veículos licenciados no Estado do Rio de Janeiro;

utilizar somente operadores certificados pelo INEA, para análise de gases poluentes e ruídos;

prover gradativamente os recursos financeiros necessários à instalação, manutenção e renovação da rede de monitoramento da qualidade do ar do INEA;

implantar os postos de inspeção, ouvido o INEA no tocante a sua localização e características construtivas, de modo a assegurar o atendimento ao previsto na legislação;

operar os postos de inspeção de acordo com as orientações do INEA referente ao controle de emissão de gases;

fornecer diariamente ao INEA os resultados obtidos na medição de gases poluentes e de ruído;

realizar o licenciamento dos veículos em consonância com as diretrizes dos programas;

incrementar a frota alvo conforme recomendação do INEA; Cobrar a taxa de vistoria.

Em 10 de junho de 2009, o Conselho Estadual do Ambiente - CONEMA publicou a Resolução nº 12/2009, que estabelecia procedimento para inspeção e manutenção de gases poluentes emitidos pelos veículos do ciclo Otto, licenciados no Estado do Rio de Janeiro.

A Resolução CONEMA nº 12/2009 considerou que os estudos técnicos e jurídicos desenvolvidos pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA e pela Secretaria de Estado do Ambiente - SEA constatarem que a metodologia determinada pela Resolução CONAMA nº 07/1993, que dispunha sobre os métodos de aferição de emissão de gases poluentes pelos veículos automotores do ciclo Otto, não se coaduna com a realidade tecnológica de alguns motores, os quais não conseguem atingir a aceleração máxima de 2500 rpm, sem intermitência para medir as concentrações dos gases, sendo dispensados dos testes de emissão de poluentes com o comprovante de “aprovados sem aferição”. Portanto, essa metodologia deveria se adequar à nova realidade apresentada por alguns automotores, adotando procedimentos que aumentem a abrangência das inspeções e aferições pelos Estados.

A supracitada resolução considerava também que a frota total de veículos do Estado, em 2009, era de 4.521.544, sendo que deste total 1.436.030 faziam parte da frota alvo estabelecida, ou seja, veículos cuja aprovação era obrigatória para o seu licenciamento, os quais, aproximadamente, 20% eram reprovados, sendo que destes, apenas 4,3% foram reprovados somente na alta rotação, o que correspondia a 1,36% da frota total.

Diante da imediata necessidade do Governo do Estado tornar mais eficiente e efetivo o controle da poluição atmosférica gerada pelos veículos automotores, e considerando o que dispõe os artigos 23, 24 e 25 da Constituição Federal, que trata da competência do Estado para proteger o meio ambiente e combater a poluição, o Estado decidiu que para todos os veículos do ciclo Otto, licenciados no Estado do Rio de Janeiro, incluindo-se as motocicletas com motor de quatro tempos, a aferição de emissão dos gases poluentes, a ser aplicada a estes veículos será somente sob o regime de marcha lenta.

A referida resolução será revogada a partir da publicação da Resolução CONEMA nº 34/11, a qual tem em seu corpo o conteúdo da Resolução CONEMA nº 12/09, além de aprovar o primeiro Plano de Controle da Poluição Veicular - PCPV do Estado do Rio de Janeiro.

O Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV, constitui instrumento de gestão da qualidade do ar do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, e tem como objetivo estabelecer regras de gestão e controle da emissão de poluentes e do consumo de combustíveis de veículos.

II - POLUIÇÃO DO AR

A degradação da qualidade do ar tornou-se um problema ambiental dos mais significativos, tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento. Embora a qualidade do ar urbano, em países de primeiro mundo, tenha sido controlada nas últimas décadas, nos países em desenvolvimento está piorando e tem se tornado uma ameaça para a saúde e bem estar das pessoas e do meio ambiente em geral.

O aumento da taxa de crescimento urbano e industrial resulta em aumento da demanda de energia, sendo esta, uma das principais causas de danos ao meio ambiente, com especial destaque àquelas geradas a partir da queima de combustíveis fósseis.

Assim, a queima de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica, para o setor de transporte e indústria estão diretamente relacionados com o aumento da poluição atmosférica.

No Estado do Rio de Janeiro a qualidade do ar é monitorada desde 1967, quando foram instaladas as primeiras estações de medição. Desde o início da operação da rede de monitoramento, várias ações foram desenvolvidas e implantadas no sentido de minimizar a emissão de poluentes: eliminação dos incineradores domésticos, substituição do combustível usado nas padarias e nas indústrias, desativação de algumas pedreiras situadas na Região Metropolitana, implantação do Programa de Autocontrole de Emissão Industrial, restrição do tráfego de veículos pesados em alguns túneis da cidade, implantação do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos movidos a Diesel, implantação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, etc.

Em termos de poluição do ar, o Estado do Rio de Janeiro apresenta três áreas consideradas prioritárias em relação a ações de controle: a Região Metropolitana, a Região do Médio Paraíba e a Região do Norte Fluminense.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) possui uma grande concentração de fontes de emissão de poluentes atmosféricos, apresentando níveis de comprometimento da qualidade do ar em algumas áreas, as quais requerem um sistema de monitoramento mais intenso.

A Região do Médio Paraíba (RMP), situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo, apresenta alto potencial poluidor do ar pela grande concentração industrial e pelo volume de trânsito pesado.

A Região do Norte Fluminense (RNF), em consequência da expansão industrial decorrente das atividades de exploração de petróleo e gás natural, a presença das termelétricas, além das atividades relacionadas à monocultura da cana de açúcar, também apresenta significativo potencial poluidor.

2.1 - Poluentes Atmosféricos

A Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 03, de 28 de junho de 1990, define como poluente atmosférico qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar:

- Impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;

- Inconveniente ao bem estar público;

- Danoso aos materiais, à fauna e à flora;

Prejudicial à segurança, ao uso e ao gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

Numerosos esquemas de classificação podem ser delimitados para a variedade de poluentes que podem estar presentes na atmosfera.

Podemos classificar os poluentes de acordo com sua origem em duas categorias:

Primários: aqueles emitidos diretamente pelas fontes de emissão.

Secundários: São aqueles formados na atmosfera como produtos de alguma reação. Um poluente que está presente na atmosfera reage com algum outro material, que pode ser um componente natural da atmosfera ou outro poluente. A reação pode ser fotoquímica ou não.

Podemos classificar também, de acordo com o seu estado como:

- Gasosos: comportam-se como o ar, uma vez difundido, não tende mais a se depositar.

- Partículas: Considerando que este parâmetro não é um composto químico definido, surge a necessidade de defini-lo.

São considerados poluentes particulados: as névoas de compostos inorgânicos e orgânicos sólidos, com diâmetro aerodinâmico equivalente inferior a 100m, e que permaneçam em suspensão, por um período mais longo quanto menor forem às partículas.

2.1.1 - Padrões de Qualidade do Ar

O nível de poluição do ar é medido pela concentração das substâncias poluente presentes neste ar. A variedade dessas substâncias que podem estar presentes na atmosfera é muito grande, tornando difícil à tarefa de se estabelecer uma classificação.

De uma forma geral, foi estabelecido um grupo de poluentes que servem como indicadores da qualidade do ar. Esses poluentes consagrados universalmente são: dióxido de enxofre, material particulado em suspensão, monóxido de carbono, oxidantes fotoquímicos expressos como ozônio e óxidos de nitrogênio. A razão da escolha desses parâmetros como indicadores de qualidade do ar estão ligados à sua maior frequência de ocorrência e aos efeitos adversos que causam ao meio ambiente e a saúde da população.

Um dos componentes do diagnóstico da qualidade do ar é a comparação das concentrações medidas com os padrões estabelecidos.

Um padrão de qualidade do ar, por definição, são limites máximos de concentração de um componente atmosférico, que baseados em estudos científicos, possam produzir efeitos que não interfiram na saúde da população.

Os padrões nacionais de qualidade do ar fixados na Resolução CONAMA nº 03/90, encontram-se expostos na Tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Padrões nacionais de qualidade do ar.

Poluentes	Tempo de Amostragem	Padrão Primário	Padrão Secundário
Partículas Totais em Suspensão (PTS)	24 Horas¹	240 g/m³	150 g/m³
	MGAA²	80 g/m³	60 g/m³
Dióxido de Enxofre (SO₂)	24 Horas¹	365 g/m³	100 g/m³
	MAA³	80 g/m³	40 g/m³
Monóxido de Carbono (CO)	1 Hora¹	40.000 g/m³	40.000 g/m³
		35ppm	35ppm
	8 Horas¹	10.000 g/m³	10.000 g/m³
Ozônio (O₃)	1 Hora¹	160 g/m³	160 g/m³
	Fumaça	MAA³	60 g/m³
Partículas Inaláveis (PM10)	24 Horas¹	150 g/m³	150 g/m³
	MAA³	50 g/m³	50 g/m³
Dióxido de Nitrogênio (NO₂)	1 Hora¹	320 g/m³	190 g/m³
	MAA³	100 g/m³	100 g/m³

(1) Não deve ser excedido mais que uma vez ao ano

(1) Média Geométrica Anual

(1) Média Aritmética Anual

Conforme pode ser observado pela Tabela 2.1, os padrões de qualidade do ar podem ser divididos em primários e secundários.

São padrões primários de qualidade do ar as concentrações de poluentes que, quando ultrapassadas, aumentam o risco de efeitos adversos à saúde da população. Podem ser entendidos como níveis máximos toleráveis de concentração de poluentes atmosféricos, constituindo-se em metas de curto e médio prazo.

São padrões secundários de qualidade do ar as concentrações de poluentes atmosféricos abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem estar da população, assim como o mínimo dano à fauna e à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral. Podem ser entendidos como níveis desejados de concentração de poluentes, constituindo-se em meta de longo prazo.

O objetivo do estabelecimento de padrões secundários é criar uma base para uma política de prevenção à degradação da qualidade do ar. Devem ser aplicados às áreas de preservação, por exemplo: parques nacionais, áreas de proteção ambiental, estâncias turísticas, etc.

Não se aplicam, pelo menos em curto prazo, as áreas de desenvolvimento, onde devem ser aplicados os padrões primários.

Como prevê a própria Resolução CONAMA nº 03/90, a aplicação diferenciada de padrões primários e secundários requer que o território nacional seja dividido em classes I, II e III conforme o uso pretendido.

A mesma resolução prevê ainda que enquanto não for estabelecida a classificação das áreas os padrões aplicáveis serão os primários.

A referida resolução também contempla níveis limites de concentrações para caracterizar ocorrência de situações críticas de poluição do ar, conforme descrito na Tabela 2.2.

Tabela 2.2 - Critérios para caracterização de episódios agudos de poluição do ar.

Parâmetros	Período	Concentrações limite		
		Atenção	Alerta	Emergência
Dióxido de enxofre (g/m³)	24 horas	800	1600	2100
Partículas totais em suspensão (g/m³)	24 horas	375	625	875
SO₂ X PTS (g/m³)	24 horas	65000	261000	393000
Monóxido de carbono (ppm)	8 horas	15	30	40
Ozônio (g/m³)	1 hora	400	800	1000
Partículas inaláveis (g/m³)	24 horas	250	420	500
Fumaça (g/m³)	24 horas	250	420	500
Dióxido de nitrogênio (g/m³)	1 hora	1130	2260	3000

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos da América (US-EPA) adota como padrões de qualidade do ar as faixas de concentrações relacionados na Tabela 2.3.

Tabela 2.3. - Padrões de qualidade do ar adotados pela US. EPA.

Poluentes	Tempo de Amostragem	Padrão Primário
Chumbo	Média Aritmética Anual	1,5 (g/m³)
	24 horas	365 (g/m³)
Dióxido de enxofre	Média Aritmética anual	80 (g/m³)
	1 hora¹	40.000 (g/m³)
Monóxido de carbono	8 horas¹ corridas	35 (ppm)
		10.000 (g/m³)
Ozônio	1 hora²	9 (ppm)
		235(g/m³)
	1 hora³	0,12 ppm
		157 (g/m³)
	1 hora⁴	0,08 ppm
		147(g/m³)
Dióxido de nitrogênio	Média Aritmética anual	0,0075 ppm
Partículas inaláveis (PM10)	24 horas⁵	100 (g/m³)
Partículas inaláveis (PM2,5)	24 horas⁶	150 (g/m³)
	Média Aritmética anual⁷	35 (g/m³)
		15 (g/m³)

1 - Não deve ser excedido mais de uma vez por ano.

2 - (a) O padrão é atendido quando o número esperado de dias por ano civil com concentrações médias horárias máximas acima de 235ig/m³ é d 1.

(b) A partir de 15 de junho de 2005, a EPA revogou o padrão do ozônio de 1 hora em todas as áreas com exceção das áreas classificadas como EAC (áreas de não atendimento com tratamento diferenciado).

3 - (a) Para atender a este padrão, a média de 3 anos dos valores da quarta maior máxima diária das concentrações médias de 8 horas de ozônio medidas em cada monitor, dentro de uma área, a cada ano não deve exceder 160ig/m³.

(b) O padrão de 1997 - e as regras de implementação desse padrão - permanecerão válidas para finalidades da implementação, enquanto a EPA elabora regulamentação para tratar da transição do padrão de ozônio de 1997 para o padrão de 2008.

4 - Para atender a este padrão, a média de 3 anos dos valores da quarta maior máxima diária das concentrações médias de 8 horas de ozônio medidas em cada monitor, dentro de uma área específica, a cada ano, não deve exceder 147ig/m³. (válido a partir de 27 de maio de 2008).

5 - Não deve ser excedido mais de uma vez ao ano na média de 3 anos.

6 - Para atender a este padrão, a média de 3 anos do percentil 98 das concentrações de 24 horas de cada monitor localizado em função de um aglomerado populacional dentro de uma área não deve exceder 35ig/m³ (válido desde 17 de dezembro de 2006).

7 - Para atender a este padrão, a média de 3 anos das concentrações médias anuais ponderadas de PM2,5 a partir de monitores únicos ou múltiplos (visando condição da comunidade) não deve exceder 15,0ig/m³.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece como aceitáveis a preservação da saúde humana os níveis de concentração de poluentes fixados na Tabela 2.4.

Tabela 2. 4 - Níveis máximos recomendados pela Organização Mundial da Saúde.

Poluentes	Concentração (µg/m³)	Tempo de Amostragem
Dióxido de enxofre	20	24 horas
	500	10 minutos
Dióxido de nitrogênio	200	1 hora
	40	anual
Monóxido de carbono	10.000	8 horas
	9 ppm	
Ozônio	100	8 horas
Material particulado MP _{2,5}	10	Média aritmética anual
Material particulado MP ₁₀	25	24 h (percentil 99)
	20	anual
	50	24 h (percentil 99)

Para divulgação dos dados obtidos pela rede de amostragem da qualidade do ar à população tem sido utilizado o índice de qualidade do ar, baseado naquele concebido pelo “Pollutant Standard Index” (PSI) cujo desenvolvimento fundamentou-se na experiência acumulada de vários anos nos Estados Unidos e Canadá. Este índice, desenvolvido nos Estados Unidos pela EPA, teve como objetivo padronizar o processo de divulgação da qualidade do ar pelos meios de comunicação.

A estrutura do índice de qualidade do ar contempla os parâmetros utilizados como indicadores da qualidade do ar da Resolução CONAMA nº 03/90. O índice é obtido através de uma função linear segmentada, onde os pontos de inflexão são os padrões de qualidade do ar.

Os níveis de concentração de poluentes no ar correspondentes às qualificações **boa** e **regular** enquadram-se nos limites permissíveis fixados como Padrões de Qualidade do Ar estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 03/90.

Para efeito de divulgação, é utilizado o índice mais elevado dos poluentes medidos em cada estação. Portanto, a qualidade do ar em uma estação é determinada, diariamente, pelo pior caso entre os poluentes que forem monitorados. A relação entre índice, qualidade do ar e efeitos à saúde é apresentada na Tabela 2.5, tem como base o Projeto de Divulgação realizado pela CETESB, que abre a possibilidade de adesão de outros estados brasileiros que, ao adotarem forma semelhante de divulgação, simplificariam e uniformizariam a informação relativa à qualidade do ar.

Tabela 2.5 - Índice de Qualidade do Ar Para identificação visual e imediata da qualidade do ar a CETESB adotou cores que a referenciam, sendo verde para boa, amarelo para regular, laranja para inadequada, vermelho para má e púrpura para péssima.

Qualidade	Índice	PI (µg/m³)	O₃ (µg/m³)	CO (ppm)	NO₂ (µg/m³)	SO₂ (µg/m³)	Significado
Boa (verde)	0-50	0-50	0-80	0-4,5	0-100	0-80	Praticamente não há riscos à saúde.
Regular (amarelo)	51-100	>50-150	>80-160	>4,5-9	>100-320	>80-365	Pessoas de grupos sensíveis (crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias e cardíacas), podem apresentar sintomas como tosse seca e cansaço. A população, em geral, não é afetada.
Inadequada (laranja)	101-199	>150 e < 250	>160 e < 200	> 9 e < 15	>320 e < 1130	>365 e < 800	Toda a população pode apresentar sintomas como tosse seca, cansaço, ardor nos olhos, nariz e garganta. Pessoas de grupos sensíveis (crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias e cardíacas), podem apresentar efeitos mais sérios na saúde.
Má (vermelho)	200-299	>250 e <420	>200 e <800	>15 e <30	>1130 e <2260	>800 e <1600	Toda a população pode apresentar sintomas como tosse seca, cansaço, ardor nos olhos, nariz e garganta e ainda apresentar falta de ar e respiração ofegante. Efeitos ainda mais graves à saúde de grupos sensíveis (crianças, idosos e pessoas com problemas cardiovasculares).
Péssima (púrpura)	≥300	≥420	≥800	≥30	≥2260	≥1600	Toda a população pode apresentar sérios riscos de manifestações de doenças respiratórias e cardiovasculares. Aumento de mortes prematuras em pessoas de grupos sensíveis.

2.1.2 - Efeitos Adversos causados por Poluentes Atmosféricos

Os efeitos causados pela concentração de poluentes do ar podem se manifestar na saúde, no bem estar da população, na vegetação e na fauna, sobre os materiais, sobre as propriedades da atmosfera passando pela redução da visibilidade, alteração da acidez das águas da chuva (“chuva ácida”), mudanças climáticas (alteração do regime de chuvas, aumento do nível dos oceanos, etc.), aumento do efeito estufa e modificação da intensidade da radiação solar.

2.1.2.1 - Partículas em Suspensão

Os efeitos adversos desse poluente na atmosfera começam pelos aspectos estéticos, pois este interfere na visibilidade e está associado à produção de corrosão e sujeira em superfícies (edifícios, tecidos, outros materiais).

Os efeitos sobre a saúde estão associados à:

- Capacidade do sistema respiratório em remover as partículas no ar inalado, retendo-as nos pulmões;
- Presença nas partículas de substâncias minerais que possuem propriedades tóxicas;

Quadro 4.2 - Parâmetros monitorados por estação		
Estações	Parâmetros	
	PTS	PI
Belford Roxo	X	
enfica	X	
Bonsucesso		
Botafogo		X
Centro	X	X
Duque de Caxias		X
Cidade de Deus	X	X
Maracanã		X
Nilópolis		X
Niterói		X
Nova Iguaçu		X
Realengo		
Santa Tereza	X	
São Cristóvão	X	
São Gonçalo	X	X
São João de Meriti	X	X
Seropédica	X	X
Sumaré	X	X
Tijuca	X	
Programação Anual = em média 60 resultados por estação		

PTS - Partículas Totais em Suspensão e PI - Partículas Inaláveis

4.1.1.2 - Avaliação do Índice de Qualificação do Ar

Cabe mencionar que a classificação acima de Regular ultrapassam o limite Padrão de qualidade do ar, estabelecido na Resolução CONAMA nº 03/90. A referida legislação também estabelece que resultados que atinjam as qualificações de Inadequada, Má e Péssima indicam a ocorrência de situações agudas de poluição do ar.

O município do Rio de Janeiro possui áreas que apresentam características diferenciadas, em termos de topografia, uso do solo, desenvolvimento socioeconômico, etc. Consequentemente apresentam níveis de qualidade do ar também diferenciados, abrigando por isso um maior número de áreas monitoradas.

Alguns bairros apresentam comportamentos similares, a maior parte com resultados em faixas de índice que qualificam o ar como de boa e de regular qualidade. Bonsucesso foi o único bairro que apresentou valores máximos de concentração em desconformidade com o limite padrão.

4.1.2 - Rede Automática

A rede automática de monitoramento da qualidade do ar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é constituída por 3 estações de amostragem contínua de poluentes do ar e parâmetros meteorológicos, localizadas nos bairros do Centro e de Jacarepaguá, no Município do Rio de Janeiro e no Centro do Município de Nova Iguaçu. Incorporadas à rede INEA, temos 8 (oito) estações operadas pela rede privada em atendimento a exigência de licença ambiental consta também do nosso banco de dados os resultados geradas em 4 (quatro) estações operadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

4.1.2.1 - Resumo do Monitoramento

Para a avaliação da qualidade do ar de uma região se utiliza os critérios estabelecidos para validação e representatividade estatística dos resultados obtidos (Quadro 4.3). Já o Quadro 4.4 exibe os parâmetros monitorados de cada estação.

Representatividades de Dados	
Média Horária	75% das medidas válidas em 1 hora
Média Diária	84% das medidas válidas em 24 horas
Média Mensal	67% de dias válidos em 24 horas
Média Anual	50% das médias diárias válidas para os períodos: janeiro – abril maio – agosto setembro – dezembro

Quadro 4.4 - Parâmetros monitorados por estação automática da RMRJ.

Estação	Parâmetro					PTS
	SO ₂	NO ₂	CO	O ₃	PI	
Centro	X	X	X	X	X	X
Taquara	X	X	X	X	X	
Santa Cruz 1	X	X	X	X	X	
Santa Cruz 2	X	X		X		X
Nova Iguaçu	X	X	X	X	X	
Itaguaí	X	X		X	X	
Campos Eliseos	X	X	X	X	X	X
Pilar	X	X		X	X	
Jardim Primavera	X		X	X	X	
São Bento	X	X		X	X	
Vila São Luiz	X	X	X	X	X	

4.1.2.2 - Avaliação do Índice de Qualidade do Ar

A avaliação do índice de qualidade do ar referente às estações da rede automática da Região Metropolitana do Rio de Janeiro mostrou que, ao longo do ano de 2010, todas as estações apresentaram índices que, na maioria do tempo, caracterizaram o ar como de boa e regular qualidade, ou seja, dentro do limite padrão de qualidade do ar. O maior número de violações ao padrão foi registrado na Baixada Fluminense, principalmente em Duque de Caxias.

4.2 - Região Médio Paraíba

O monitoramento da qualidade do ar na Região do Médio Paraíba é realizado por meio de estações de amostragem manual e automática pertencentes ao INEA e da rede privada (CSN, SBM e Saint Gobain).

4.2.1 - Rede Manual

4.2.1.1 - Resumo do Monitoramento

O Quadro 4.5 mostra os parâmetros monitorados nas estações de monitoramento de material particulado, que foram avaliados quanto à representatividade estatística, de acordo com o critério mostrados no Quadro 4.1.

As estações Praça do Limoeiro e Subestação da Light foram renomeadas para de Vila Mury e Santa Rita do Zarur, respectivamente.

Quadro 4.5 - Parâmetros monitorados por estação da rede manual da RMP		
Estação	Parâmetro	
	PTS	PI
AeroClube	X	X
Conforto		X
Vila Mury	X	X
Santa Rita do Zarur	X	X
Santo Agostinho	X	
Barra Mansa	X	
Programação Anual = em média 60 resultados por estação		

4.2.1.2 - Avaliação do Índice de Qualificação do Ar

A avaliação do índice de qualidade do ar, em relação aos valores de concentração de material particulado, medidos na rede manual da Região do Médio Paraíba, mostrou que todas as estações atenderam ao limite estabelecido pela legislação em vigor.

4.2.2 - Rede Automática

O monitoramento contínuo da qualidade do ar na Região do Médio Paraíba vem sendo realizado mediante a operação de 8 (oito) estações. Dessas, 3 (três) encontram-se instaladas no município de Volta Redonda, operadas pela CSN, e 5 (cinco) no município de Barra Mansa, operadas pelas siderúrgicas Barra Mansa e Saint Gobain.

4.2.2.1 - Resumo do Monitoramento

De acordo com os critérios estabelecidos para validação e representatividade estatística dos resultados (Quadro 4.3), o Quadro 4.6 exibe os parâmetros monitorados para cada estação.

Tabela 4.1 - Avaliação percentual de ocorrência do Índice da Qualidade do Ar da RNF				
Qualificação	Boa (%)	Regular (%)	Inadequada (%)	Má (%)
Fazenda Severina	54	44,5	-	0,5
Pesagro	80	19	0,5	0,5
Fazenda Airis	93	7	-	-

4.4 - Resumo Perfil da Qualidade do Ar

Considerando os resultados do monitoramento descritos no Relatório da Qualidade do Ar de 2010 podemos concluir que:

4.4.1 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

No caso de Partículas em Suspensão PM100, PM10 e PM2,5, em relação à exposição de longo período, verifica-se que mais de 50% das áreas monitoradas apresentam valores médios anuais superiores ao padrão. O limite de concentração, fixado pela Resolução CONAMA nº 03/90, como padrão diário de qualidade do ar e, que não deve ser excedido mais de uma vez ao ano, foi diversas vezes violado no município de Belford Roxo, indicando o comprometimento da qualidade do ar do município.

Na rede manual de partículas inaláveis, em termos de exposição de longo período, foi observado um comportamento idêntico ao que foi obtido na rede de partículas totais em suspensão: mais de 70% das áreas monitoradas, exclusive as duas estações consideradas como background, apresentaram valores médios anuais acima do padrão.

As maiores concentrações médias foram obtidas nas áreas norte e leste da Região Metropolitana.

Apesar dos resultados evidenciarem que grande parte das áreas monitoradas apresenta problemas de poluição do ar também por material particulado inalável, os valores obtidos nos últimos anos indicam uma tendência decrescente.

Em relação à exposição de curto período, em 35% das áreas monitoradas ocorreram mais de uma violação ao limite padrão diário de qualidade do ar, estabelecido na Resolução CONAMA nº 03/90.

Como primeiro diagnóstico da contribuição de partículas respiráveis (PM 2,5), verificamos uma grande contribuição desse poluente em relação à problemática de poluição do ar da região tendo em vista que a parcela mais fina de partículas encontra-se na maioria dos casos em maior proporção, algo em torno de 50%.

Em relação aos poluentes dióxidos de enxofre, dióxido de nitrogênio e monóxido de carbono, os valores obtidos em todas as localidades estão em conformidade com os limites padrões de qualidade do ar.

Analisando os teores de partículas inaláveis é possível avaliar que, em relação à exposição de longo período, somente o município de Nova Iguaçu registrou uma média anual superior o padrão. Já em relação à exposição de curto período, o bairro da Taquara pertencente ao município do Rio de Janeiro, o Centro do município de Nova Iguaçu e Campos Eliseos do município de Duque de Caxias, apresentaram valores médios diários superiores ao limite padrão.

Tais resultados podem ser atribuídos às emissões veiculares e de obras de pavimentação de vias próximas às estações de monitoramento.

Ozônio foi o poluente que registrou o maior número de resultados em desconformidade com o limite padrão de qualidade do ar. Do total de violações ocorridas no ano de 2010, o ozônio respondeu por 97%, sendo a grande maioria registrada nos locais próximos ao polo petroquímico de Campos Eliseos.

4.4.2 - Região do Médio Paraíba

No período avaliado, mais de 99,99% dos resultados obtidos situaram-se em faixas de índice de concentração que atendem aos padrões de qualidade do ar. Ozônio foi o único poluente que registrou 2 (dois) únicos valores de concentrações acima do limite padrão.

4.4.3 - Região do Norte Fluminense

No ano de 2010, o ozônio foi o único poluente monitorado que apresentou valores médios horários em desconformidade com o limite padrão. Mesmo assim, mais de 99,9% dos resultados situaram-se em faixas de índices inferiores ao padrão de qualidade do ar.

Quadro 4.6 - Parâmetros monitorados por estação automática da RMP

Estação	Parâmetros					
	SO ₂	NO ₂	CO	O ₃	PI	PTS
Município de Volta Redondo						
Belmonte	X	X	X	X	X	X
Retiro	X	X	X	X	X	X
Vila Stª Cecília	X	X	X	X	X	X
Município de Porto Real	X	X	X	X	X	
Município de Quatis	X	X	X	X	X	
Município de Barra Mansa						
Boa Sorte					X	X
Bocaininha					X	X
Roberto Silveira					X	X
Vista Alegre					X	X
Capacidade operacional = 8359 para gases e 8736 para particulados						

4.2.2.2 - Avaliação do Índice de Qualidade do Ar

A avaliação do índice de qualidade do ar nas estações automáticas da rede da Região do Médio Paraíba, possibilitando visualizar que, em todo período monitorado, os níveis de concentração obtidos situaram-se em faixas de índice que atendem ao padrão de qualidade do ar.

4.3 - Região do Norte Fluminense

O monitoramento da qualidade do ar na Região do Norte Fluminense é realizado por meio de estações automáticas de monitoramento da qualidade do ar, pertencentes à TERMOMACAE e UTE Norte Fluminense. Tais estações estão capacitadas a medir os parâmetros apresentados no Quadro 4.7, além de parâmetros meteorológicos, seguindo os critérios de representatividade estatístico descrito no Quadro 4.3.

Quadro 4.7 - Parâmetros monitorados por estação automática da RNF

Estação	Parâmetro		
	NO ₂	CO	O ₃
Fazenda Severina	X	X	X
Pesagro	X	X	X
Fazenda Airis	X	X	X
Capacidade operacional = 8 418 dados horários ao ano por cada poluente			

4.3.1 - Avaliação do Índice de Qualidade do Ar

A Tabela 4.1 apresenta a avaliação percentual do índice de qualidade do ar referente à Região Norte Fluminense. Os resultados revelam que em mais de 99% do período monitorado os níveis de concentração obtidos situaram-se em faixas que qualificaram o ar como de boa e regular qualidade, ou seja, em conformidade com o limite padrão. Ozônio foi o poluente que apresentou resultados em faixas de índice superior ao padrão de qualidade do ar.

V - IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

A poluição do ar quando atinge níveis acima dos padrões de qualidade adotados, causam efeitos socioeconômicos e ambientais, os quais trazem um preço bastante considerável, principalmente à população expostas a esta agressão. Dentre os principais efeitos socioeconômicos, podemos citar:

5.1 - Fatores Sociais

Os investimentos em favor do transporte individual, não foram acompanhados por grandes investimentos no transporte público. O sistema de ônibus continuou a ser progressivamente prejudicado em seu desempenho pelo uso abusivo das vias pelos automóveis, com impactos negativos nos seus custos, eficiência e na sua atratividade, sem que fossem tomadas medidas coordenadas entre áreas de trânsito e transporte para garantir prioridade efetiva ao transporte público, que produz menores emissões de poluentes por passageiro/quilômetro.

O automóvel é valorizado como símbolo de status, poder e riqueza e traz em si o grande apelo da liberdade e privacidade, podendo significar ampliação do número de horas de lazer do cidadão. A faixa salarial influencia fortemente a escolha do modal de transporte coletivo ou individual e a quantidade de viagens ou taxa de mobilidade. O consumo do espaço viário é altamente diferenciado pela renda, sendo muito maior no caso de quem usa o automóvel.

Em termos gerais, observa-se que com o aumento da renda familiar mensal, aumentam o número dos automóveis por domicílio, as distâncias médias diárias percorridas e o número de viagens realizadas em transporte público diminuem.

5.2 - Uso do Solo

As interações do uso do solo e transportes e entre a mobilidade e impactos ambientais vêm sendo estudadas e analisadas há tempo. Mas, a preocupação com a sustentabilidade do transporte é relativamente nova, sobretudo nos países europeus. O sistema de transporte tem clara influência sobre os padrões de desenvolvimento, enquanto os padrões de uso do solo podem, por sua vez, afetar o comportamento dos cidadãos no que diz respeito às viagens realizadas. Com o crescimento econômico, verifica-se maior dispersão geográfica de áreas residenciais, gerando maior necessidade de uso do carro. Ao mesmo tempo, observa-se a centralização de atividades, estabelecida sobre o predicação do aumento da mobilidade, como a construção de shopping centers, supermercados e escolas, onde o acesso só pode ser feito por carro.

Em relação à dicotomia acessibilidade/mobilidade fica evidente que o uso do solo no transporte tem interagido de modo a tornar o transporte motorizado o meio predominante de se ganhar acessibilidade. Vários exemplos ilustram uma situação preocupante: o uso do carro é mais uma necessidade do que uma escolha, já que os padrões de alta mobilidade estão concretamente estabelecidos.

O transporte tornou-se um meio em si, as pessoas querem morar melhor e ter acesso ao comércio e ao emprego, lazer, entre outros, o que é quase inviável sem carro. Mas estas demandas, que se tornaram necessidades, são ameaçadas pelas tendências atuais - congestionamento ou saturação viária, degradação de áreas, da qualidade do ar e da própria vida urbana.

5.3 - Políticas de Transporte Urbano

À medida que a frota de veículos apresenta um aumento médio, nos últimos cinco anos, de cerca de 225 mil veículos novos por ano no Estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a aproximadamente a incorporação de 5,1%, os impactos do transporte urbano vão se tornando mais evidentes em todo o Estado.

Diversos países desenvolvidos também padecem de problemas similares de saturação de tráfego. No entanto, as formas de administrar este “mal urbano” são distintas. Subsiste, entretanto, um consenso: não se pode permitir a continuidade do crescimento do trânsito no ritmo atual. Isso significa que é preciso aceitar que as atividades baseadas no transporte individual sejam cada vez mais restritas e mais caras.

5.4 - Custos Sociais Associados

Para se ter ideia mais concreta do aumento da frota e respectivas implicações, dados oficiais do governo dos Estados Unidos (OTA 93), indicam que os prejuízos ambientais resultantes do trânsito de veículos se situam entre US\$ 50 e 256 bilhões por ano, equivalendo a um custo relativo ao consumo de combustível de US\$ 0,10 a US\$ 0,51 por litro.

Estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, por outro lado, indicam que viagens com duração entre 40 e 60 minutos, entre 60 e 80 minutos, e acima de 80 minutos, provocam redução média da produtividade dos funcionários de 14%, 16% e 21%, respectivamente.

Ressalte-se, que atualmente esses custos e impactos ambientais, gerados em sua maior parte pela população que circula de carro, são assumidos igualmente por toda população, seja ela motorizada ou não.

5.5 - Congestionamentos

Os congestionamentos são talvez a forma mais explícita de precariedade do transporte público. Impedem a grande finalidade do automóvel, que é o rápido acesso a pessoas, bens e serviços. Eles também agravam o problema da poluição ambiental, na medida em que o “anda-pára” do congestionamento resulta em desperdício de combustível e em consequente aumento das emissões.

A expansão da capacidade viária raramente se constitui em solução adequada, pelos seguintes motivos:

Requer grandes investimentos, algumas vezes além da capacidade financeira das cidades;

Requer terras livres ou, mais comumente, a desapropriação massiva do ambiente construído.

Em contrapartida, os resultados são poucos, pois, geralmente, a ampliação da capacidade viária tende a ser rapidamente preenchida pela demanda reprimida de viagens e pelo crescimento da frota.

VI - CARACTERIZAÇÃO DA FROTA DO ESTADO DO RJ

Para caracterizar a frota de veículos licenciados no Estado do Rio de Janeiro, utilizamos os dados obtidos, via internet, no site do DETRAN-RJ. Segundo dados coletados, foram licenciados no Estado do Rio de Janeiro 5.042.257 veículos, no ano de 2010. Porém, se avaliamos o crescimento da frota, nos últimos cinco anos, verificamos que, cerca de 225 mil veículos novos são inseridos anualmente no Estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a aproximadamente a incorporação de 5,1%.

As Tabelas 6.1, 6.2 e 6.3, a seguir, mostram a frota total de veículos, relativos ao ano de 2010, licenciados, por municípios, nas três Regiões prioritárias em termos de qualidade do ar, em que o Estado do Rio de Janeiro foi dividido.

Tabela 6.1 - Frota da Região Metropolitana

Região Metropolitana	Frota
Belford Roxo	58.200
Duque de Caxias	211.920
Guapimirim	8.822
Itaboraí	53.684
Itaguaí	41.616
Japeri	8.462
Magé	41.176
Mangaratiba	8.233
Marica	36.828
Mesquita	24.365
Nilópolis	38.482
Niterói	236.850
Nova Iguaçu	180.537
Paracambi	12.543
Queimados	19.139
Rio de Janeiro	2.365.350
São Gonçalo	188.078
São João de Meriti	102.792
Seropédica	11.314
Tanguá	4.311
Cachoeira de Macacu	15.851
Total	3.368.553

Tabela 6.2 - Frota da Região Médio Paraíba

Região Médio Paraíba	Frota
Barra do Pirai	26.659
Barra Mansa	52.404
Itatiaia	6.038
Pinheiral	4.161
Pirai	7.014
Porto Real	6.518
Quatis	3.127
Resende	47.519
Rio Claro	3.011
Rio das Flores	1.810
Valença	15.812
Volta Redonda	105.440
Total	279.513

Tabela 6.3 - Frota da Região Norte Fluminense

Região Norte Fluminense	Frota
Macaé	81.862
Campos dos Goytacazes	151.808
Carapebus	2.622
Cardoso Moreira	2.686
Conceição de Macabu	6.268
Quissamã	4.772
São Fidélis	11.739
São Francisco de Itabapoana	6.489
São João da Barra	7.387
Total	275.633

Através das Tabelas a cima é possível avaliar que a frota licenciada no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010, concentra-se na Região Metropolitana (67%), e em seguida nas Regiões Norte Fluminense (6%) e Médio Paraíba (5%), estando 22% da frota distribuído nas demais Regiões do Estado.

A Tabela 6.4 apresenta a distribuição da frota por tipo de combustível, no estado do RJ e nas regiões prioritárias, referente aos dados do DETRAN-RJ de 2010. Fica evidenciado o aumento bastante significativo da frota que utiliza o gás como combustível, já superando a frota de veículos a diesel. Da mesma forma, é registrado o aumento, também significativo, dos veículos com motor flex.

Tabela 6.4 - Frota por tipo de combustível das regiões do Estado do Rio de Janeiro

Regiões	Diesel	Etanol	Flex	Gasolina	GNV	Moto
Metropolitana	169	321	612	1904	518	369
Norte Fluminense	21	18	31	163	36	56
Médio Paraíba	18	20	37	143	56	34
Demais	57	63	109	516	178	168
Todas	265	422	789	2726	788	627

VII - POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES

Os principais poluentes emitidos pelos veículos automotores são:

Monóxido de carbono (CO)
Hidrocarbonetos (HC)
Óxidos de nitrogênio (NOx)
Óxidos de enxofre (SOx)
Aldeídos (C_nH_{2n}O)
Material Particulado (MP)

Alguns desses poluentes são provenientes do processo de combustão incompleta que ocorre no interior dos cilindros dos veículos.

7.1 - Combustão Completa

Aquela na qual todo o combustível injetado no cilindro encontra a quantidade de ar necessária para a sua queima completa.

CnHm + O2 +N2nCO2 + m/2 H2O + N2

Como produto da combustão, aparece apenas dióxido de carbono (CO2), vapor d água (H2O) e nitrogênio (N2), que não reagi.

7.2 - Combustão Incompleta

Na prática, a relação combustível/ar não é a ideal para proporcionar a combustão perfeita, acarretando um aumento no consumo de combustível (veículo desregulado), consequentemente uma maior quantidade de poluentes sendo lançados para a atmosfera.

No caso de um veículo a diesel, pelo fato de ocorrer formação de fuligem (C), quanto mais preta for a tonalidade da fumaça, maior também é a emissão dos outros poluentes.

CnHm + O2 + N2 n CO2 + m/2 H2O + N2 + CO + CnHm + NOx + C

Combustível Ar Combustão completa Combustão incompleta

Cada um destes poluentes é emitido em maior ou menor quantidade, dependendo do combustível utilizado, do tipo de motor, da idade do veículo, da sua regulação, do estado de manutenção do veículo e da velocidade aplicada.

Mas não é somente com o motor em funcionamento que o veículo polui. Mesmo com o motor desligado, ocorre à evaporação de combustível pelo suspiro do tanque e sistema de carburação do motor e parte destes vapores é lançada na atmosfera. Nos veículos mais novos estas emissões foram bastante controladas com a adição de novas tecnologias e materiais.

Individualmente a emissão de um veículo é pequena. Entretanto, a concentração de milhares de veículos, fato que ocorre nas grandes cidades, gera toneladas de poluentes por dia.

VIII - INVENTÁRIO DE EMISSÕES VEICULARES

As fontes de poluentes do ar são classificadas em três grandes classes:

Fontes estacionárias - representadas por dois grandes grupos: um abrangendo atividades pouco representativas nas áreas urbanas, como queimadas, lavanderias e queima de combustíveis nas padarias, hotéis, hospitais, as quais são consideradas usualmente como fontes de poluição não industriais; e outro formado por atividades individualmente significativas, em vista à variedade ou intensidade de poluentes emitidos, como a poluição dos processos industriais.

Fontes móveis - compostas pelos meios de transporte aéreo, marítimo e terrestre, em especial os veículos automotores que, pelo número e concentração, passam nas áreas urbanas a constituir fontes de destaque frente a outras.

Fontes naturais - são os processos naturais de emissão caracterizados pela atividade de vulcões, do mar, da poeira cósmica, do arraste eólico, etc.

A Tabela 8.1 mostra as principais substâncias consideradas poluentes do ar e as suas respectivas fontes de emissão.

Tabela 8.1 - Principais substâncias consideradas como poluentes do ar e, as respectivas fontes de emissão.

Fontes Estacionárias	Fontes	Poluentes
	Combustão	Material particulado, dióxido de enxofre e trióxido de enxofre, monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio.
	Processo Industrial	Material particulado (fumos, poeiras, névoas), gases – SO ₂ , SO ₃ , HCl, hidrocarbonetos, mercaptanas, HF, H ₂ S, NOx.
	Queima de Resíduo Sólido	Material particulado, Gases - SO ₂ , SO ₃ , HCl, NOx
Fontes Móveis	Outros	Hidrocarbonetos, material particulado.
	Veículos Gasolina/Diesel/ Álcool/Gás, Aviões, Motocicletas, Barcos, Locomotivas, Etc.	Material particulado, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos, aldeídos, dióxido de enxofre, ácido orgânicos.
Fontes Naturais		Material particulado – poeiras
Reações Químicas na Atmosfera Ex: hidrocarbonetos + óxidos de nitrogênio (luz solar)		Gases - SO ₂ , H ₂ S, CO, NO, NO ₂ , hidrocarbonetos. Poluentes secundários – O ₃ , aldeídos, ácidos orgânicos, nitratos orgânicos, aerossol fotoquímicos, etc.

Em síntese, as atividades desenvolvidas em indústrias, termoeletricas, construção civil e pelo tráfego de veículos geram emissão de partículas e/ou gases que podem alterar significativamente a qualidade do ar de uma localidade.

No momento em que se determina a concentração de um poluente na atmosfera está se medindo o grau de exposição dos agentes receptores (fauna, flora e matérias), como resultado final do processo de lançamento deste poluente na atmosfera por sua fonte de emissão e suas interações na atmosfera. A interação entre as fontes de poluição e a atmosfera vai definir o nível de qualidade do ar.

Fontes de Emissão Atmosfera Receptores Poluentes Diluição Reações Químicas

A atmosfera pode ser considerada o local onde, permanentemente, ocorrem reações químicas. Ela absorve uma grande variedade de sólidos, gases e líquidos, provenientes de fontes, tanto naturais como industriais, que podem se dispersar, reagir entre si, ou com outras substâncias já presentes na própria atmosfera. Estas substâncias ou o produto de suas reações finalmente encontram seu destino num sorvedouro, como o oceano, ou alcançam um receptor (ser humano, outros animais, plantas, materiais).

A concentração real dos poluentes no ar depende tanto dos mecanismos de dispersão como de sua produção e remoção. Normalmente, a própria atmosfera dispersa o poluente, misturando-o eficientemente num grande volume de ar, o que contribui para que a poluição se mantenha em níveis aceitáveis. As velocidades de dispersão variam com a topografia local e as condições meteorológicas reinantes.

Em suma, é a interação entre as fontes de poluição e a atmosfera que vai definir a qualidade do ar. As condições meteorológicas determinam uma maior ou menor diluição dos poluentes, mesmo que as emissões não variem. Por esse motivo é que a qualidade do ar é pior durante o inverno, quando as condições meteorológicas são mais desfavoráveis à dispersão de poluentes.

Para a gestão da poluição do ar é fundamental não só a definição das áreas mais impactadas, como também a identificação, qualificação e quantificação das fontes emissoras de poluentes atmosféricos.

O inventário de fontes de emissão de poluição atmosférica constitui um dos instrumentos de planejamento mais úteis para um órgão ambiental, uma vez que define qualitativa e quantitativamente as atividades poluidoras do ar e fornece informações sobre as características das fontes, definindo localização, magnitude, frequência, duração e contribuição relativa das emissões.

Considerando o objetivo do presente trabalho, iremos considerar apenas os aspectos qualitativo e quantitativo da emissão veicular no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Foram consideradas as emissões dos poluentes regulamentados: material particulado, dióxido de enxofre, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio e, ainda, hidrocarbonetos provenientes das 3 regiões prioritárias de monitoramento da qualidade do ar do ERJ, com base na frota de 2010, segundo os dados do DETRAN-RJ e os fatores de emissão veicular, disponibilizados pela CETESB, em 2005.

A tabela 8.2, mostra os fatores de emissão veicular que foram utilizados para a quantificação das emissões dos poluentes legislados.

Tabela 8.2 - Fator de emissão veicular médio (g/km)

FONTE DE EMISSÃO	TIPO DE COMBUSTÍVEL	CO	HC	NO _x	SO ₂	MP
TUBO DE ESCAPAMENTO	DIESEL	14,2	2,21	10,28	0,14	0,52
	ETANOL	19,95	2,15	1,29	-	-
	FLEX	0,5	0,13	0,08	-	-
	GASOLINA	11,09	1,14	0,74	0,08	0,08
	GNV	0,37	0,21	0,28	-	-
	MOTOCICLETAS	12,76	1,71	0,13	0,02	0,05
EMISSÃO DO CARTER E EVAPORATIVA	ETANOL	-	1,5	-	-	-
	GASOLINA	-	2	-	-	-
	MOTOCICLETAS	-	1,4	-	-	-
PNEUS	TODOS OS TIPOS	-	-	-	-	0,07

A tabela 8.3, mostra a quantidade total da emissão veicular no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 8.3 - Emissão veicular do Estado do Rio de Janeiro (1000 x ton.).

FONTE DE EMISSÃO	TIPO DE COMBUSTÍVEL	CO	HC	NO _x	SO ₂	MP
TUBO DE ESCAPAMENTO	DIESEL	422,1	65,7	305,6	4,2	15,5
	ETANOL	269,3	29,0	17,4	-	-
	FLEX	39,3	10,2	6,3	-	-
	GASOLINA	1073,5	110,4	71,6	7,7	7,7
	GNV	18,4	10,4	13,9	-	-
	MOTOCICLETAS	58,7	7,9	0,6	0,1	0,2
EMISSÃO DO CARTER E EVAPORATIVA	ETANOL	-	20,2	-	-	-
	GASOLINA	-	193,6	-	-	-
	MOTOCICLETAS	-	6,4	-	-	-
PNEUS	TODOS OS TIPOS	-	-	-	-	19,1
TOTAL		1881,3	453,9	415,4	12,0	42,5

As tabelas, 8.4, 8.5 e 8.6, apresentam as emissões veiculares, referentes ao ano de 2010, nas três Regiões Prioritárias, em que o Estado do Rio de Janeiro foi dividido, para implantação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso.

Tabela 8.4 - Emissão veicular da Região Metropolitana (1000 x ton.).

FONTE DE EMISSÃO	TIPO DE COMBUSTÍVEL	CO	HC	NO _x	SO ₂	MP
TUBO DE ESCAPAMENTO	DIESEL	268,5	41,8	194,4	2,6	9,8
	ETANOL	205,3	22,1	13,3	-	-
	FLEX	30,5	7,9	4,9	-	-
	GASOLINA	748,7	77,1	50,0	5,4	5,4
	GNV	12,1	6,8	9,1	-	-
	MOTOCICLETAS	34,6	4,6	0,4	0,1	0,1
EMISSÃO DO CARTER E EVAPORATIVA	ETANOL	-	15,4	-	-	-
	GASOLINA	-	135,2	-	-	-
	MOTOCICLETAS	-	3,8	-	-	-
PNEUS	TODOS OS TIPOS	-	-	-	-	13,5
TOTAL		1300,7	314,8	272,0	8,1	28,9

Tabela 8.5 - Emissão veicular da Região Norte Fluminense (1000 x ton.).

FONTE DE EMISSÃO	TIPO DE COMBUSTÍVEL	CO	HC	NO _x	SO ₂	MP
TUBO DE ESCAPAMENTO	DIESEL	33,6	5,2	24,4	0,3	1,2
	ETANOL	11,6	1,3	0,8	-	-
	FLEX	1,5	0,4	0,2	-	-
	GASOLINA	64,2	6,6	4,3	0,5	0,5
	GNV	0,8	0,5	0,6	-	-
	MOTOCICLETAS	5,3	0,7	0,1	0,01	0,02
EMISSÃO DO CARTER E EVAPORATIVA	ETANOL	-	0,9	-	-	-
	GASOLINA	-	28,9	-	-	-
	MOTOCICLETAS	-	0,6	-	-	-
PNEUS	TODOS OS TIPOS	-	-	-	-	1,0
TOTAL		117,1	45,0	30,3	0,8	2,7

Tabela 8.6 - Emissão veicular da Região Médio Paraíba (1000 x ton.).

FONTE DE EMISSÃO	TIPO DE COMBUSTÍVEL	CO	HC	NO _x	SO ₂	MP
TUBO DE ESCAPAMENTO	DIESEL	28,5	4,4	20,7	0,3	1,0
	ETANOL	12,8	1,4	0,8	-	-
	FLEX	1,9	0,5	0,3	-	-
	GASOLINA	56,4	5,8	3,8	0,4	0,4
	GNV	1,3	0,7	1,0	-	-
	MOTOCICLETAS	3,2	0,4	0,03	0,01	0,01
EMISSÃO DO CARTER E EVAPORATIVA	ETANOL	-	1,0	-	-	-
	GASOLINA	-	10,2	-	-	-
	MOTOCICLETAS	-	0,4	-	-	-
PNEUS	TODOS OS TIPOS	-	-	-	-	1,1
TOTAL		104,1	24,8	26,6	0,7	2,5

A Tabela 8.7 mostra a contribuição relativa nas emissões de poluentes atmosféricos nas Regiões em que o Estado foi dividido.

Tabela 8.7 - Percentual de emissão de poluentes por regiões do ERJ

Regiões	CO	HC	NO _x	SO ₂	MP
Metropolitana	69	70	66	67	68
Norte Fluminense	6	10	7	7	6
Médio Paraiba	6	5	6	6	6
Demais Regiões do Estado	19	15	21	20	20

Analisando-se a tabela anterior, verificamos que cerca de 80% da emissão veicular, para os cinco principais poluentes, são lançadas na Região Metropolitana, Região do Médio Paraiba e na Região do Norte Fluminense.

IX - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

De acordo com os índices de qualidade do ar gerados no monitoramento, considerando os dados levantados no inventário de emissão e a distribuição da frota do Estado do Rio de janeiro, concluímos que o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Estado do Rio de Janeiro, deveria ser implantado, prioritariamente, nas mesmas áreas prioritárias de monitoramento da qualidade do ar, sendo elas: Região Metropolitana do Estado Rio de Janeiro, Região do Médio Paraiba e a Região do Norte Fluminense, as quais passarão a ser as áreas de influência do PCPV.

Dessa forma, atenção especial deve ser dada para a adequação dos Centros de Inspeção localizados nessas Regiões do Estado. Nessas regiões, o programa deve atender todos os requisitos da Resolução CONAMA nº 418 de 25 de novembro de 2009, no que concerne a arquitetura dos centros de inspeção, obtenção, armazenamento e transmissão de dados, capacitação dos vistoriadores, agendamento, sanar engarrafamento, e etc.

A adequação dos Centros de Inspeção localizados nas demais Regiões do Estado fica para uma segunda etapa, cujo cronograma será fixado posteriormente.

Os municípios que compõem estas regiões estão mostrados na Tabela 9.1.

Tabela 9.1 - Municípios que compõem as regiões Prioritárias do Estado

Metropolitana	Norte Fluminense	Médio Paraiba
Rio de Janeiro	Macaé	Itatiaia
Belford Roxo	Campos dos Goytacazes	Resende
Duque de Caxias	Carapebus	Porto Real
Itaboraí	Cardoso Moreira	Quatis
Itaguaí	Conceição de Macabú	Barra Mansa
Magé	Quissamã	Volta Redonda
Mangaratiba	São Fidelis	Rio Claro
Marica	São Francisco de Itabapoana	Pirai
Nilópolis	São João da barra	Pinheiral
Nova Iguaçu		Barra do Pirai
Paracambi		Valença
São Gonçalo		Rio das Flores
São João de Meriti		Vassouras
Cachoeira de Macacu		

Id: 1931184

X - FROTA ALVO

Com base no artigo 6º da Resolução CONAMA nº 418/ 2009, fica definida como frota alvo do programa:

Todos os veículos licenciados no Estado do Rio de Janeiro ficam obrigados, inclusive as motos com motores de quatro tempos, a realizarem a medição de gases poluentes, quando do licenciamento.

Complementando o Programa de I/M, e em conformidade com o art. 16º da Resolução CONAMA nº 418/2009, o INEA implantou o PROCOM FUMAÇA PRETA, no qual, as empresas vinculadas ao programa são obrigadas a medir o nível, de opacidade de todos os seus veículos movidos a óleo diesel, reportando os resultados ao INEA, com uma frequência quadrimestral.

XI - INFRA-ESTRUTURA DE EXECUÇÃO

Considerando que, de acordo com a resolução CONAMA nº 418/2009, é de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a avaliação da conformidade dos Centros de Inspeção Veicular instalados no Estado do Rio de Janeiro (RJ), bem como, aqueles a serem implantados;

Considerando que, em função do Convênio INEA/DETRAN-RJ, a implantação dos postos, deverá estar de acordo com as orientações do INEA no tocante a sua localização e características construtivas, sendo de incumbência do Departamento de Transito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) a sua construção;

Considerando que no mesmo convênio, o DETRAN-RJ deverá fornecer diariamente ao INEA os resultados obtidos nas medições de gases ou fumaças e ruídos, assim como incrementar a frota alvo conforme recomendação do INEA;

Considerando que somente a inspeção de gases e ruído está hoje regulamentada pelo CONAMA, sendo os itens de segurança apenas uma complementação ao teste de emissão de poluentes, esclarecemos:

Que o presente PCPV foi elaborado de acordo com as exigências e especificações da Resolução CONAMA nº 418, de 25 de novembro de 2009, regulamentada pela Instrução Normativa nº 6, de junho de 2010 e servirá de base para a padronização do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso-I/M implantado no Estado do Rio de Janeiro.

11.1 - Caracterização dos Centros de Inspeção

Todos os Centros de Inspeção instalados foram avaliados quanto a sua conformidade segundo as especificações descritas no Anexo VI da Instrução Normativa nº 6/10 através das respostas obtidas após preenchimento de formulário objetivo, juntamente com documentos fotográficos, de todos os Centros de Inspeção, que totalizam 49, durante auditorias realizadas, no período de 15 de agosto a 14 de setembro de 2010, pela equipe técnica do Serviço de Controle de Veículos da Gerência de Qualidade do Ar do Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

Os Centros de Inspeção, hoje existentes, foram separados em quatro grupos sendo, o primeiro grupo correspondente aos Centros instalados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ), o segundo relativo aos localizados na Região Norte do Estado, o terceiro grupo aqueles postos localizados na Região do Médio Paraiba e o quarto grupo consiste daqueles municípios que hoje já possuem Centros de Inspeção instalados, porém, que não estão incluídos dentro das Regiões prioritárias do Estado. Estes postos serão adequados num segundo momento.

Os Centros de Inspeção localizados no Interior do ERJ apresentam-se em sua maioria fora das especificações necessárias para que possam realizar as inspeções de gases e opacidade, principalmente, devido à desconformidade com a IN nº 06/10, ou seja, encontram-se em galpões fechados, sem ventilação adequada para a dispersão dos gases poluentes ou expostos a intempéries, impedindo a amostragem em dias chuvosos por exemplo. Em alguns destes postos não existem áreas de estacionamento para os funcionários e/ou usuários e alguns deles causam engarrafamento ao tráfego local.

Cabe ressaltar, que a alguns Centros de Inspeção não atendem ao item 3 da IN nº 06/10, pois estes deveriam ser adequadamente dimensionados e possuir sistema de múltiplas linhas de inspeção de modo a evitar interrupções das atividades e filas com tempo de espera superior a 30 minutos.

A tabela 11.1 apresenta o resumo da localização dos Centros de Inspeção instalados nas Regiões prioritárias em que os Estado foi dividido.

Tabela 11.1 - Centros de Inspeção nas Regiões Prioritárias

METROPOLITANA	NORTE FLUMINENSE	MÉDIO PARAÍBA	DEMAIS REGIÕES
Barra da Tijuca	Campos I	Barra do Pirai	Angra dos Reis
Campo Grande	Campos II	Barra Mansa	Araruama
Catete	Macaé	Valença	Bom Jesus de Itabapoana
Correa Dutra		Volta Redonda	Búzios
Santa Luzia		Resende	Cabo Frio
Ilha do Governador			Vassouras
Ceasa			Casemiro de Abreu
DNIT			Cordeiro
Parada de Lucas			Itaperuna
Santa Cruz			Macuco
Tijuca			Teresópolis
Vila Isabel			Nova Friburgo
Vila Militar			Paraiba do Sul
Belford Roxo			Paty do Alferes
Caxias			Petrópolis
Itaboraí			Rio Bonito
Magé			Santo Antonio de Pádua
Niterói			São Pedro da Aldeia
Nova Iguaçu			
Paracambi			
São Gonçalo			
Marica			
Cachoeiras de Macacu			

11.2 - Equipamentos de Medição

Com relação aos fornecedores dos equipamentos de medição os Centros de Inspeção foram separados em dois grupos sendo, o primeiro grupo correspondente aos Centros instalados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ) e o segundo relativo aos localizados pelo Interior do Estado.

Os Centros instalados da RMRJ são equipados com máquinas e softwares da marca BOSCH, que são equipamentos mais novos, porém estes ainda não estão, na sua totalidade, dentro das especificações exigidas pelo Instituto Estadual do Ambiente-INEA, que são a Resolução CONEMA nº 12/09, para o ciclo Otto e a Resolução CONAMA nº 251, de 12 de janeiro de 1999.

Durante as vistorias realizadas pela equipe do INEA foi possível observar que há várias versões de software da BOSCH sendo utilizadas, desde a versão v1. 6.1.14 até a v1.6.1.18 para o ciclo Otto, porém, somente a última foi acordada com a equipe do INEA, por apresentar-se dentro da metrologia legal.

Os Centros localizados no interior do Estado, ou seja, na Região Norte do Estado e também na Região do Médio Paraiba, são equipados com máquinas e software da marca SUN Eletric que, devido a parceria pioneira com a extinta FEEMA, encontra-se dentro das especificações de metrologia legal. No entanto, estas máquinas estão em estado degradado e obsoleto, como exemplo algumas CPU's ainda com o sistema operacional DOS reprovado pelo IPREM.

Os postos do Interior do ERJ apresentam-se em sua maioria fora das especificações. Nenhum dos Centros de Inspeção possui equipamentos ou acessórios de reposição, conforme o item 11 do Anexo VI da IN nº 06/10 do IBAMA, para garantir que todos os veículos sejam vistoriados.

Após a aprovação da Resolução CONEMA nº 34, em 27 de maio de 2011, que aprova este Plano de Controle da Poluição por Veículos em Uso - PCPV para o Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, será elaborada em um prazo de 60 (sessenta) dias uma Portaria Conjunta DETRAN-RJ/INEA, a qual definirá os procedimentos de ensaio das emissões em veículos em uso, para as versões e combustíveis disponíveis no mercado; e limites de emissão para os veículos de ciclo Otto e Diesel.

A nova Resolução CONEMA define, também, os procedimentos de ensaio das emissões em veículos em uso com motor do ciclo Otto, inclusive, as motos de quatro tempos para as versões e combustíveis disponíveis no mercado.

Após tais aprovações será definido um cronograma para atualização dos equipamentos e softwares dispostos nos centros de inspeção para adequação a Resolução CONEMA em vigor e a Portaria Conjunta DETRAN-RJ/INEA.

Todos os equipamentos usados nos postos de vistoria são homologados pelo INMETRO.

11.3 - Medição de Ruídos

Os veículos automotores são as principais fontes de poluição atmosférica e sonora nos centros urbanos no mundo. O transporte mecanizado tem afetado a sociedade moderna, pois embora traga benefícios econômicos e sociais a um grande número de pessoas, por outro lado, traz poluição ambiental. A fabricação de veículos menos ruidosos é uma tendência mundial.

Até o momento, o Estado do Rio de Janeiro é o único, a nível estadual, que possui uma rede de Centros de Inspeção de Veículos, para atender ao estabelecido no PROCONVE, porém, a inspeção ambiental é restrita a emissões de poluentes gasosos.

O ruído veicular também faz parte do PROCONVE, e a Resolução CONAMA nº 418 de 25 de novembro de 2009, estabelece os limites máximos de ruídos nos Programas de I/M.

A implementação da Vistoria de Ruído Veicular é uma exigência legal no contexto do PROCONVE e do Código de trânsito, como obrigatória para o licenciamento do veículo.

Assim, a proposta é que a mesma seja realizada, aproveitando-se a estrutura dos postos de vistoria já existentes.

A avaliação inicial na Vistoria de Ruído Veicular é sempre do ruído de fundo, com o microfone a 50 cm afastado do escapamento. Esta proximidade parecia, a princípio, garantir a diferença de 10 dB(A), com relação ao ruído de fundo, mas não foi o que se constatou nas atividades de campo, junto aos Centros de Inspeção hoje instalados.

Iniciada a medição de ruído de determinado veículo, com o motor desligado, faz-se a avaliação do ruído local (ruído de fundo), que vai depender do cenário acústico naquele momento. Todos os ruídos presentes, exceto o objeto de estudo, naquele momento, contribuirão para o ruído de fundo, que estará sempre presente, durante toda a medição, e variando.

Cenários muito ruidosos, com relação ao ruído de fundo foram observados em vários Centros, inviabilizando dessa forma a medição de ruído específico do veículo em avaliação.

Portanto, a variação do ruído de fundo elevado provoca abortamentos da medição de ruído em curso. Quando isto ocorre as seguintes medidas podem ser adotadas:

Repete-se a metodologia de medição e leitura preconizada na NBR 9714;

Leva-se mais tempo, aumentando a permanência do condutor do veículo no posto. O condutor do veículo fica irritado. Aumento da paciência e irritabilidade, com possível repercussão na mídia e demérito para a medição de ruído;

Aumenta-se a fila de veículos; e

Interrompe-se o fluxo de serviço naquela linha onde se processa a medição de ruído.

Uma vez identificado que a variação do ruído de fundo é o maior problema operacional, foram realizadas medições cumulativas em vários Centros de Inspeção.

As medições eram iniciadas toda vez que havia um automóvel posicionado com o motor desligado e interrompidas quando o motor era posto em marcha ou quando havia movimentação do veículo.

Após alguns registros consecutivos, passava-se a outra linha de vistoria, reiniciando a amostragem do ruído de fundo. As medições realizadas mostraram a inviabilidade da medição nos postos de inspeção instalados.

11.3.1 - Alternativa para viabilizar a aplicação da norma.

Nos cenários acústicos existentes nos Centros de Inspeção é impraticável a implantação da Vistoria de Ruído Veicular preconizada na NBR 9714. Há necessidade de criação de ambiente acusticamente preparado a este fim.

Assim, propõe-se a construção de cabine acústicas, exclusivamente para medição de ruídos, afastada da linha de inspeção, a fim de minimizar os principais obstáculos técnicos com o ruído de fundo. Esta proposta conduz a uma mudança de layout dos postos, onde se optar por construção da cabine de medição. A cabine é tratada no piso, paredes e teto, com portas para guarda de equipamentos e adequada para uma situação extrema de ser necessário o fechamento das portas para viabilizar as medições, tendo para isso, um sistema de exaustão.

Tomou-se por base, na proposta alternativa, as condições mais adversas encontradas, inclusive com ruído de interferências de aeronaves. As paredes têm revestimento acústico para diminuir o ruído indireto do próprio veículo em teste, sendo a medição realizada a 50 cm do escapamento.

11.4 - Procedimento para o Licenciamento do Veículo

Consiste numa série de etapas, transcritas a seguir:

De posse do número do RENAVAM, o proprietário comparece ao banco ITAU e efetua o pagamento do IPVA;

Após o pagamento do IPVA, agenda a vistoria. Para isso o DETRAN-RJ possui um serviço de tele atendimento que opera 24 horas por dia, telefone (021 3460-4040). O usuário pode escolher horário e o Centro de Inspeção de acordo com a sua conveniência.

As vistorias podem também ser agendadas pela Internet. Os serviços do DETRAN-RJ podem ser acessados por dois endereços na grande rede: www.detrانrio.com.br ou www.detrان.rj.gov.br.

No dia e hora agendada o usuário comparece com o veículo ao Centro de Inspeção;

Na linha de inspeção, inicialmente é realizada inspeção visual, de uma série de componentes de segurança veicular. Ex. condições das lanternas, farol, pneu, acessórios, limpador de para brisa, etc.;

No caso de reprovação em qualquer um destes itens, o veículo é reprovado e deverá corrigir o problema, voltando para uma nova inspeção num prazo de até 30 dias. No caso de vencido este prazo, há a necessidade de realização de um novo agendamento.

Caso o veículo seja aprovado nesta inspeção visual, será realizada a inspeção de emissão de gases poluentes. Caso o veículo seja aprovado, o proprietário recebe a Licença no próprio local da inspeção no mesmo instante.

11.5 - Transmissão dos dados

A Resolução CONAMA nº418/09, no seu Art. 28 determina que todas as atividades de coleta de dados, registros de informações, execução dos procedimentos de inspeção, comparação dos dados de inspeção com os limites estabelecidos e fornecimento de certificados e relatórios, deverão ser realizadas por meio de sistemas informatizados, conforme requisitos definidos pelo órgão responsável.

O parágrafo 1º do mesmo artigo fixa que o prestador do serviço é obrigado a fornecer todos os dados referentes à inspeção ambiental aos órgãos responsáveis.

Visando o atendimento ao Artigo 28, acima descrito, todos os Centros de Inspeção estarão ligados on line e transmitindo para o INEA os resultados dos testes, em tempo real.

As unidades de inspeção volantes do DETRAN/RJ, que vão até as empresas que tem frota cativa superior a 50 veículos, devem transmitir ao final do dia de trabalho, os resultados das inspeções de gases e/ou fumaça em um dos centros de inspeção.

XII - CAMPANHA INFORMATIVA AO PÚBLICO

Durante a execução do Programa de Inspeção de Veículos Automotores, o INEA irá desenvolver uma série de atividades com o objetivo de informar a população da importância ambiental de se manter o veículo regulado, segundo as especificações dos fabricantes do veículo.

12.1 - Objetivo Geral

Informar à população sobre a importância da manutenção adequada dos veículos automotores visando a redução da poluição do ar, uma melhor qualidade ambiental e, consequentemente, melhoria na qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro.

12.2 - Objetivos Específicos

Capacitar funcionários, operadores, analistas e estagiários dos Centros de Inspeção do DETRAN-RJ sobre a importância da relação entre o meio ambiente e a manutenção adequada dos veículos; Conscientizar os motoristas, quando da inspeção, da importância de manterem seus veículos em boas condições de manutenção visando maior segurança no trânsito, ao mesmo tempo em que contribui para uma melhor qualidade ambiental em nossa região;

Desenvolver campanhas informativas e educativas junto à população sobre as questões de "Segurança de Trânsito", envolvendo cidadania, meio ambiente e manutenção adequada dos veículos;

Elaborar material didático em apoio às atividades de capacitação de funcionários e das campanhas educativas de orientação da população, com divulgação na mídia escrita e digital.

12.3 - Metodologia

A metodologia a ser aplicada ao programa constará de:

Capacitação teórica e prática através de aulas sobre ecologia, legislação ambiental, poluição atmosférica e educação ambiental visando o treinamento de funcionários, a certificação de operadores dos equipamentos e de analisadores dos dados das medições de gases poluentes e ruídos;

Desenvolvimento de campanhas educativas e informativas nos Centros de Inspeção do DETRAN-RJ com o apoio dos funcionários dos Centros e da equipe técnica do INEA;

Promoção de Campanhas Públicas sobre Educação e Segurança no Trânsito dirigida a população, com veiculação na mídia digital e impressa;

Criação de uma sala no Centro de Inspeção Veicular para a realização de cursos, palestras e exibição de vídeos;

Produção de material didático em apoio às atividades do Programa como; apostilas, cartilhas, folhetos, cartazes, banners, outdoor, spots, e etc.;

Divulgação dos resultados das medições da qualidade do ar em redes de painéis informativos instalados em pontos de grande circulação no Estado;

Projeção de vídeos com informações de poluição atmosférica nos postos de inspeção, marcando a presença do INEA;

Utilização do sistema de divulgação Web-TV, no site do INEA, com informações de poluição atmosférica;

Divulgação das campanhas educativas e resultados da qualidade do ar na rede bus tv existentes nos ônibus;

Realização de um convênio com a Fundação Roberto Marinho/Canal Futura para a disponibilização dos vídeos com temas ambientais relacionados à questão da Poluição Ambiental (mudanças climáticas, efeito estufa, poluição atmosférica e veicular e etc.) para serem utilizados nas campanhas educativas;

Publicação de um boletim ou jornal de caráter orientativo, distribuição gratuita nos postos de vitórias, tanto para o público, quanto para o pessoal operacional;

Fixação de cartazes nos Postos de Vitória, orientando o cidadão e marcando a presença do INEA;

Realização de campanhas/convênio com associações, clubes de motoqueiros e demais grupos afins para participação conjunta em encontros e eventos visando a educação ambiental dos mesmos;

Realização de pesquisa de opinião entre os usuários de veículos automotores, mediante consulta e entrevistas feitas nos Postos de Vitórias, mantendo constante foco nos itens apresentados como ofensores, tais como: não realização de teste, falta de conforto, demora no atendimento etc.;

Promoção de eventos de caráter educativo e institucional nas datas comemorativas (Semana do Meio Ambiente, Dia Interamericano da Qualidade do Ar e etc.) com demonstrações, brindes, distribuição de mudas de árvores ou sementes, com periodicidade anual;

Realização de mobilização nas ruas, a ser feita em conjunto com as Prefeituras, de ônibus e caminhões, que emitem fumaça preta. Esta atividade irá divulgar a necessidade de manutenção dos veículos automotores do Ciclo Diesel para melhoria da qualidade do ar;

Promoção de visitas guiadas às estações de monitoramento da qualidade do ar do INEA para professores, alunos e comunidades situadas nas proximidades das estações visando o conhecimento do trabalho do INEA e os dados da qualidade do ar na área;

Realização de um novo Seminário de I/M entre as entidades envolvidas, (IBAMA, INMETRO, IPEM-RJ, ANFAVEA e outros) face à implantação da Resolução CONAMA 418, evolução do PROCONVE, novas tecnologias embarcadas, aumento de frota, motos, etc. Estabelecer com resultado do Seminário um planejamento das ações para os próximos três a cinco anos;

Criação da logomarca do Programa de I/M;

Fixação da nova logomarca do Programa de I/M nos postos de vitória, identificando que o trabalho no local é realizado mediante convênio do INEA/DETRAN-RJ, divulgando ainda o endereço eletrônico e telefones para consulta, sugestões e denúncias do INEA;

Criação de um novo projeto de programação visual do Programa I/M, visando a identificação dos veículos destinado ao programa, assim como nos materiais educativos de divulgação.

XIII - AUDITORIA

De acordo com o Art. 23 da Resolução CONAMA 418/09, os órgãos ambientais responsáveis pela implantação dos Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso - I/M, devem desenvolver sistemas permanentes de auditoria, realizada por instituições idôneas e tecnicamente capacitadas, abrangendo a qualidade de equipamentos e procedimentos, bem como o desempenho estatístico dos registros de inspeção, conforme requisito a serem definidos pelo órgão responsável.

O mesmo art., no seu Parágrafo Único, determina que, em caso de programas operados por terceiro, as falhas sistemáticas identificadas pela auditoria devem ser necessariamente vinculadas a um sistema de penalidades contratuais claramente definidos.

Portanto, o INEA com base no Artigo acima irá contratar empresa idônea que irá realizar auditoria permanente nos serviços de inspeção e manutenção executados pelo DETRAN-RJ, segundo delegação do INEA.

Os Centros de Inspeção serão objetos de auditoria de qualidade com o objetivo de garantir a confiabilidade dos serviços prestados aos usuários, quando serão observados os seguintes aspectos:

Método - verificar se esta sendo utilizado os métodos aprovados e seguidos os procedimentos;

Máquinas - modelos homologados, aprovados e verificados pelo INMETRO/IPEM, calibrados pelo fabricante, dentro do período de validade, em boas condições de uso, conservação e manutenção. Na calibração das máquinas serão usados gases com certificado de calibração;

Material - disponibilidade de pronta reposição de material sobressalente e de consumo, incluindo até analisadores de quatro gases e diesel de reserva por posto de vitória;

Mão-de-obra - aferidores devidamente qualificados, treinados e certificados pelo INEA.

As auditorias serão acompanhadas por uma Comissão composta por 2 (dois) representantes do INEA e 2 (dois) representantes do DETRAN-RJ. Cabendo ao INEA indicar o Presidente da Comissão.

As auditorias são permanentes e cada Centro de Inspeção deverá sofrer auditoria com uma frequência mínima semestral.

XIV - PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO

O Parágrafo Único, do Art. 16 da Resolução CONAMA 418/09, cita que: “No caso das frotas de uso intensivo, deverão ser intensificadas as ações para adoção do Programa Interno de Automonitoramento da Correta Manutenção da Frota, conforme diretriz estabelecidas pelo IBAMA, bem como aquelas voltadas à implementação de programas estaduais para a melhoria da manutenção de veículos diesel e a programas voluntários de inspeção e manutenção”.

Nesse sentido, o INEA implantou, com base na DIRETRIZ DO PROGRAMA DE AUTOCONTROLE DE EMISSÃO DE FUMAÇA PRETA POR VEÍCULOS MOVIDOS A DIESEL - DZ-572, O PROCON FUMAÇA PRETA, deliberado pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA) de forma operacional em 2002.

Este programa determina que as empresas públicas e privadas, que atuam no Estado do Rio de Janeiro e utilizam óleo diesel como combustível, em seus veículos, deverão ser vinculadas ao programa, e apresentar regularmente o resultado do nível de opacidade de todos os seus veículos.

A frequência com que às empresas têm que enviar resultados ao INEA, fica determinada quando da vinculação ao programa.

Para a realização da medição, através da DIRETRIZ PARA CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO PARA EMPRESAS DE MEDIÇÃO DE EMISSÃO VEICULAR - DZ-582, o INEA já credenciou uma série de empresa, que podem ser identificadas na sua pagina da internet.

Até o presente já foram vinculadas 573 empresas, incluindo transportadoras de passageiros e cargas, que enviam regularmente ao INEA o resultado das medições de todos os seus veículos.

Para melhor execução deste programa, o INEA firmou alguns Termos de Compromissos, podendo citar:

Termo de Compromisso firmado entre a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSPOR e a TROBRAS/COMPET.

Termo de Compromisso firmado entre a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSCARGA e a ETROBRAS/COMPET.

Termo de Compromisso firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ.

XV - CONCLUSÕES

Conforme verificado, concluímos que, vários Centros de Inspeção não possuem condições operacionais satisfatórias. Portanto, o presente trabalho tem por finalidade propor a adequação, de acordo com o que determina a Resolução CONAMA nº 418/09 e a Instrução Normativa nº 06/10, não só de todos os Centros de Inspeção, como também uniformizar todo o procedimento de inspeção através de uma Portaria Conjunta DETRAN-RJ/INEA.

Portanto:

Fica estabelecido como meta o prazo de 1 (um) ano para a adequação total dos postos localizados nas regiões prioritárias do Estado, ou seja, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Região do Médio Paraíba e Região do Norte Fluminense.

Para os Centros de Inspeção localizados nos demais Municípios do Estado fica estipulado como meta o prazo até dezembro de 2012, para a adequação total daqueles postos.

Num prazo de 1 (um) ano o DETRAN-RJ se compromete a construir 3 (três) Cabines Acústicas nos Centros de Inspeção da Ilha do Governador, Ceasa e Santa Cruz, para implantação do programa de inspeção de ruído, atendendo assim uma exigência do Código de Trânsito para o licenciamento anual do veículo.

O INEA se compromete a buscar parceiros para viabilizar a implantação de um Centro de Referência de Inspeção Veicular, no qual um dos objetivos principal é dar total suporte técnico ao Programa de Inspeção e Manutenção de veículos em Uso.

O INEA se compromete ampliar a rede de monitoramento da qualidade do ar, visando atender os compromissos firmados com o COI, quando da escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Fica fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para a elaboração da Portaria Conjunta DETRAN-RJ/INEA, após aprovação da Resolução CONEMA nº 34, de 27 de maio de 2011.

A transmissão dos dados relativos aos testes de emissão veicular será enviada ao INEA com uma frequência mensal, a fim de agilizar a divulgação das informações pertinentes ao Programa de Inspeção Manutenção e as influencias na Qualidade do Ar, até que o DETRAN-RJ consiga viabilizar o envio remoto ao banco de dados do INEA.

O INEA se compromete em lançar a campanha informativa ao público, relativa à poluição do ar, no dia 12 de agosto de 2011, dia Internacional da Qualidade do Ar.

O INEA se compromete junto ao DETRAN-RJ, no prazo de 6 (seis) meses, buscar empresas de auditoria para a realização de auditorias externas, a fim de avaliar as falhas e a eficiência do Programa de I/M.

O INEA se compromete, em um prazo de 1 (um) ano, a desenvolver banco de dados para armazenamento dos resultados do PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO - PROCON FUMAÇA PRETA, a fim de divulgar anualmente um relatório relativo à eficiência do programa.

Fica fixado prazo até junho de 2012 para a formação de um Grupo de Trabalho - GT, a ser constituído por representantes do INEA e do DETRNRJ, para fins de revisão, atualização e sistematização dos procedimentos referentes à inspeção veicular ambiental, visando ao aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas de controle da poluição do ar por veículos automotores, especialmente em áreas urbanas com problemas de contaminação atmosférica e poluição sonora.

ANEXO II

Limites para os veículos automotores do ciclo Diesel (segundo os limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº 418/09)

Tabela I - Limites máximos de opacidade em aceleração livre de veículos não abrangidos pela Resolução CONAMA 16/95 (anteriores a ano-modelo 1996)

Altitude (m)	Tipo de Motor	
	Naturalmente Aspirado ou Turboalimentado com LDA (1) (m ⁻¹)	Turboalimentado (m ⁻¹)
Ate 350	1,7	2,1
Acima de 350	2,5	2,8

(1)LDA é o dispositivo de controle da bomba injetora de combustível para adequação do seu débito a pressão do turboalimentador.

Tabela II - Limites máximos de opacidade em aceleração livre de veículos a diesel posteriores a vigência da Resolução CONAMA 16/95 (ano-modelo1996 em diante)

Altitude (m)	Tipo de Motor	
	Naturalmente Aspirado ou Turboalimentado com LDA (1) (m ⁻¹)	Turboalimentado (m ⁻¹)
Ate 350	1,7	2,1
Acima de 350	2,5	2,8

(A) Se o veículo apresentar medição de opacidade abaixo do limite máximo, inclusive, de acordo com a Tabela I ou II, este será APROVADO. Para qualquer valor acima do definido como “aprovado”, o veículo será REPROVADO.

ANEXO III

Limites para motocicletas e assemelhados (segundo os limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº 451/12)

Tabela I - Limites máximos de emissão de CO corrigido (%) e de HC corrigido (ppm), em marcha lenta para motocicleta e veículos similares com motor do Ciclo Otto de 4 tempos por faixa de cilindrada

Ano de Fabricação	Cilindrada	CO corr (%)	HC corr (ppm)
Até 2002	Todas	7,0	3500
2003 a 2009	< 250cc	6,0	2000
	≥ 250 cc	4,5	2000
2010 em diante	< 250cc	2,5	600
	≥ 250 cc	2	400

Id: 1931185

(1) Os limites de emissão de gases se aplicam somente aos motocicletas e veículos similares equipados com motor do Ciclo Otto de quatro tempos.

(2) cc: Capacidade volumétrica do motor ou cilindrada ou cm³.

(B) O FATOR DE DILUIÇÃO (FD) dos gases de escapamento deve ser igual ou inferior a 2,5. No caso do fator de diluição ser inferior a 1,0, este deverá ser considerado igual a 1,0, para o cálculo dos valores corrigidos de CO e HC.

(C) Para as motos, se esta apresentar medição de qualquer um dos parâmetros (HCc, COc e Fator de diluição) abaixo dos limites máximos de emissão, inclusive, acordo com a Tabela I e com o FD, esta será APROVADA. Para qualquer valor acima do definido como “aprovado”, a moto será REPROVADA.

ANEXO IV

Limites para os veículos automotores do ciclo Otto, exceto motocicletas e assemelhados (segundo os limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº 418/09)

Tabela I - Limites máximos de emissão (%) de Monóxido de Carbono (CO) corrigido

Ano de fabricação	Gasolina	Álcool	Flex	Gás Natural
Todos até 1979	6,0	6,0	0,5	6,0
1980-1988	5,0	5,0	0,5	5,0
1989	4,0	4,0	0,5	4,0
1990-1991	3,5	3,5	0,5	3,5
1992-1996	3,0	3,0	0,5	3,0
1997-2002	1,0	1,0	0,5	1,0
2003-2005	0,5	0,5	0,5	1,0
2006 em diante	0,3	0,5	0,3	1,0

